ÁREA TEMÁTICA:

( ) COMUNICAÇÃO
( ) CULTURA
( ) DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
( ) EDUCAÇÃO
( ) MEIO AMBIENTE
( ) SAÚDE
(x) TRABALHO
( ) TECNOLOGIA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

VRIESMAN,Alice Karine[1]
ENGELENHOVEN, Inajara Van[2]
ROCHA, Carlos Hugo[3]
WEIRICH NETO, Pedro Henrique[4]
SANTOS,Eliane Nascimento[5]

RESUMO –A agricultura orgânica é um sistema de produção baseado em princípios ecológicos, pois abrange a preservação do ambiente, o manejo adequado dos recursos naturais e é comprometido com a saúde, a ética e cidadania do ser humano. Os agricultores de base familiar vêem na agricultura orgânica uma grande oportunidade para promover seu desenvolvimento econômico e social.No Brasil, existem três formas de garantir a qualidade do produto orgânico: o controle social, a certificação participativa e a certificação de terceira parte.A garantia da qualidade orgânica permite inúmeras vantagens ao agricultor, entre eles o diferencial dos seus produtos e a garantia ao consumidor. Porém são processos complexos em particular para a agricultura de base familiar. Nesse sentido, parceria estabelecida entre instituições estaduais de ensino superior, Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) viabilizou o Programa Paranaense de Certificação de Produto Orgânicos (PPCO). A unidade deste programa na Universidade Estadual de Ponta Grossa tem desenvolvido serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para agricultores familiares para obtenção da certificação orgânica, em diferentes regiões do Paraná.Foram realizados 145 estudos de caso, identificando-se unidades com potencialidade para certificação, seguido da adequação das propriedades e da documentação necessária para a certificação de terceira parte realizada pelo TECPAR. A equipe optou por atuar de forma participativa na ATER, valorizando a troca de conhecimentos entre os técnicos e agricultores. Onze unidades foram certificadas. A expansão dos serviços de ATER para auxiliar os produtores na garantia da qualidade dos alimentos orgânicos é essencial para assegurar ao mercado consumidor a credibilidade desses produtos e é fundamental para consolidar o potencial da agricultura orgânica como instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar. Deve-se buscar a instituição de políticas públicas que possibilitem o acompanhamento técnico qualificado junto aos produtores rurais.

PALAVRAS CHAVE – Agricultura orgânica. Desenvolvimento rural. Políticas públicas.

[1] Agrônoma, Técnica do Programa,alicekarine@hotmail.com
[2] Graduação em Agronomia, Estagiária do Programa, ive_inajara@hotmail.com
[3]Professor Doutor Agrônomo, Coordenador do Programa, chrocha@uepg.br
[4]Professor Doutor Agrônomo, Orientador do Programa,lama1@uepg.br
[5] Bióloga, Estagiária do Programa, eliane_nds@yahoo.com.br

Introdução

A agricultura familiar consiste no cultivo da terra e respectivo aproveitamento por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra as pessoas da família do proprietário. Atualmente a agricultura familiar inclui 85% dos estabelecimentos rurais, ocupa 30% das terras, responde por 38% da produção e por 77% das ocupações em atividades agropecuárias. Além disso, contribui com 60% da produção de itens básicos da mesa do brasileiro, tais como hortaliças, feijão, arroz, milho, mandioca, leite e carne, entre outros(IBGE, 2006).

A agricultura orgânica é o sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, reguladores de crescimento, organismos geneticamente modificados, e preconiza o uso de estercos de animais, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico de pragas e doenças.

Esse sistema de produção está diretamente relacionado ao desenvolvimento rural sustentável, pois privilegia o uso eficiente dos os recursos naturais, a manutenção da biodiversidade, à preservação ambiental, o desenvolvimento econômico, bem como, à qualidade de vida humana (PENTEADO, 2009).

A agricultura orgânica está em franca expansão, pois cada vez mais os consumidores se conscientizam dos efeitos negativos da agricultura convencional intensiva. Esses efeitos vão desde seu potencial maléfico à saúde humana causada pelos agrotóxicos utilizados quanto à perda de biodiversidade e degradação ambiental causada, em muitos casos irreversíveis.

Os agricultores de base familiar observam na agricultura orgânica uma grande oportunidade para promover seu desenvolvimento econômico e social, uma vez que, o mercado em expansão e a redução do uso de insumos externos combinados com um valor adicional dos produtos orgânicos proporcionam um ganho econômico melhorando os aspectos de subsistência para esses agricultores (OELOFSE et al., 2010).

No Brasil, 90% da produção orgânica são provenientes da agricultura familiar(IBGE, 2006).Portanto, pode-se dizer que a agricultura orgânica é à base da produção familiar, pois busca a exploração de sistemas agrícolas diversificados, maior densidade de áreas verdes, economia no consumo de energia e preservação da biodiversidade. Tudo isso contribui para manter a qualidade de vida dos produtores, suas famílias e dos consumidores.

No Paraná, sabe-se que a agricultura familiar assim como no restante do país, é de suma importância para a produção de alimentos orgânicos, pois segundo Censo Agropecuário de 2006, 90,5% das propriedades rurais que fazem uso da agricultura orgânica têm área até 50 hectares. Sendo que destes pequenos agricultores 41,6% possuem propriedades variando de 1 a 5 hectares. O número de produtores orgânicos, giram em torno de 5 mil, destes apenas 20% são certificados (IPARDES, 2007).

Atualmente, no Brasil, existem três formas de garantir a qualidade do produto orgânico: o controle social, a certificação participativa e a certificação de terceira parte.

Os agricultores familiares que realizam a venda direta dos seus produtos estão isentos da certificação e devem garantir a qualidade do alimento orgânico através de uma Organização de Controle Social (OCS) devidamente cadastrada nos órgãos do governo federal (BRASIL, 2009). O controle social é fundamentado na relação de confiança estabelecida entre produtores e consumidores.

A certificação participativa, realizada através de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é baseada na relação de confiança e participação dos envolvidos no sistema (produtores, consumidores, técnicos, entre outros) para que haja a garantia da qualidade do produto orgânico (BRASIL, 2009).

A certificação de terceira parte é a certificação por auditoria externa realizada por um Organismo de Avaliação da Conformidade (OAC), credenciado pelo MAPA, no caso a certificadora, que através de inspeção, garante a qualidade do produto orgânico desde a produção até o consumo. Além da certificação individual, o agricultor pode obter uma certificação em grupo, desde que faça parte de uma organização formal, como por exemplo, associações e cooperativas (BRASIL, 2009).

A garantia da qualidade orgânica, através do controle social ou da certificação, permite inúmeras vantagens ao agricultor familiar, entre eles o diferencial dos seus produtos e a garantia ao consumidor que realmente foram produzidos no sistema orgânico, evitando-se possíveis fraudes. Além disso, para OLIVEIRA et al. (2006),a propriedade se torna tecnicamente mais eficiente pois exige planejamento e maior controle da produção por parte do produtor.

Como forma de identificar e controlar toda produção orgânica no país, todo produto orgânico

brasileiro, a partir de 2011, levará o selo SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (I ação adotado é o de terceira parte ou a participativa é fundamental para informar e garantir ao consumidor



Figura 1 - Selo SISORG.

Apesar de fornecer inúmeras vantagens e garantias a certificação dos produtos orgânicos é um benefício ainda não acessível para agricultores familiares, principalmente devido à falta de assistência técnica e ao custo relacionado à obtenção do selo de certificação (DULLEY et al., 2003). Constata-se que para a certificação há a necessidade de levar a informação e adaptar tecnologias para que os agricultores familiares atendam todos os requisitos normativos da legislação orgânica.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), na agricultura familiar, tem se tornado um apoio importante ao agricultor a vencerem os obstáculos encontrados, principalmente na certificação e comercialização dos produtos orgânicos, contribuindo, de forma significativa, para a expansão da agricultura orgânica.

Visando atender a necessidade de ATER, para a certificação de produtos orgânicos e agroindústrias da agricultura familiar, o estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), em parceria com oito instituições de Ensino Superior, mais o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), criou o Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos (PPCPO), em 2009. Através desse programa, os agricultores familiares obtiveram a certificação sem qualquer custo, agregaram valor nos produtos orgânicos e aumentaram a qualidade de vida (ROCHA et al., 2011).

Objetivos

O objetivo desse trabalho é relatar a experiência e metodologia adotada nas atividades de ATER, do Núcleo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), coordenado pelo Laboratório de Mecanização Agrícola (Lama) no âmbito do PPCPO, para a certificação orgânica de produtos vegetais.

Metodologia

Os trabalhos realizados pelo Núcleo UEPG, no PPCPO, tiveram como objetivo promover atividades de ATER para a certificação de produtos orgânicos de origem vegetal, animal e extrativista oriundos de agricultores familiares (individuais ou em grupo) e de agroindústrias familiares. O sistema de controle da qualidade dos produtos foi realizado através da certificação de terceira parte, ou seja, por auditoria externa, realizada pelo TECPAR.

Levando em conta a complexidade e a diversidade que, em geral, caracterizam a atividade agrícola e o meio rural, a equipe optou por atuar de forma participativa na ATER, valorizando a troca de conhecimentos entre os técnicos e agricultores, preservando a diferença que existe entre o olhar dos técnicos e o dos agricultores sobre a realidade local, de modo que cada propriedade fosse tratada de modo impar.

O trabalho iniciou a partir de reuniões, nas comunidades rurais, com grupos de agricultores orgânicos, a fim de divulgar e esclarecer dúvidas em relação ao sistema de certificação adotado pelo programa, onde após essas reuniões, em diversas comunidades, foi realizada a quantificação do número de agricultores interessados em certificar os seus produtos orgânicos.

Com os agricultores interessados, iniciaram-se visitas técnicas iniciais a fim de elaborar um estudo de caso detalhado de cada propriedade, estudo esse, fundamental para os técnicos conhecerem o sistema de produção e tomarem conhecimento das principais necessidades e dificuldades que cada agricultor possuía para a adequação da sua propriedade.

Além disso, utilizamos essas visitas para levar a informações até o agricultor familiar, principalmente sobre a legislação da produção orgânica (Lei 10.831/2003). Essa transferência de informação foi realizada de modo prático, onde os próprios agricultores puderam visualizar as conformidades ou inadequações da sua propriedade, frente à legislação orgânica.

Através das visitas e elaboração do estudo de caso foi possível classificar as propriedades

prioritárias e não-prioritárias para a certificação. Nas classificadas como prioritárias foram realizadas visitas periódicas para prosseguir com as atividades de ATER,visando à adequação das mesmas, apresentando aos agricultores, alternativas e tecnologias adaptadas para atender todos os requisitos normativos da legislação orgânica.

A partir de informações obtidas a campo,durante as visitas, com auxílio de receptor de sinais de satélite artificial (GPS)e em ambiente SIG (Sistema de Informações Geográficas),foi realizado o mapeamento de uso da terra das propriedades o que tornou possível elaborar um croqui representativo quantificando e localizando as áreas de produção, facilitando o planejamento de cada propriedade.

Além disso, com o apoio dos agricultores a equipe técnica desenvolveu o caderno de campo, formado por um conjunto de planilhas, para auxiliar no sistema de rastreabilidade da produção orgânica. Através do croqui representativo de cada propriedade e do caderno de campo, os produtores puderam efetivar a rastreabilidade da produção exigida pelos requisitos técnicos da legislação.

Em paralelo, os serviços de ATER foram prestados com o objetivo de sanar inconformidades referentes à produção orgânica e auxiliar na obtenção de documentos exigidos pela lei, como por exemplo, outorga do direito de uso da água, comprovante da conclusão do período de conversão, etc. Após o acompanhamento técnico e adequação das propriedades, foram realizadas as auditorias pelo TECPAR, para obtenção do certificado.

Resultados

As reuniões e visitas técnicas foram fundamentais para levar a informação referente à produção e legislação orgânica aos agricultores orgânicos, bem como, aos agricultores que optaram por converter suas áreas convencionais em orgânicas. Também foram essenciais para adequar as propriedades de forma participativa, onde os próprios produtores visualizaram as adequações que seriam necessárias em relação aos requisitos normativos da legislação vigente.

Os principais problemas encontrados dizem respeito ao período de conversão exigido, ao uso de técnicas ou produtos incompatíveis às exigências legais, aos riscos de contaminação das áreas orgânicas, ou ainda, pela produção de subsistência no qual não se faz necessário a certificação. Também ficou evidente que a falta de canais de comercialização dos produtos orgânicos, em muitas regiões trabalhadas, se tornou um grande empecilho para o desenvolvimento da agricultura orgânica, desestimulando os agricultores a certificarem a sua produção.

Com relação à adequação das propriedades e da documentação exigida, constatou-seque a principal dificuldade do produtor está relacionada os registros das atividades desenvolvidas na propriedade e ao planejamento da produção orgânica. Os produtores questionam a obrigatoriedade desses registros ao adotar o sistema orgânico, já que não há essa exigência para os sistemas de produção convencionais.

Nesse sentido, a equipe técnica com o apoio dos agricultores formulou cadernos de campo para registro das atividades, que associados ao mapeamento de uso das terras nas unidades rurais em imagens de sensoriamento remoto, vêm se mostrando eficiente.

Além de auxiliar na rastreabilidade e no planejamento da produção orgânica, o mapeamento das propriedades foi utilizado para o planejamento ambiental da propriedade, identificando as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL) existente e a recuperar, tornando possível a regularização ambiental destas propriedades.

Realizaram-se estudos de casos em 145 propriedades rurais de base familiar em 15municípios. As certificações concedidas totalizam 11, todas relacionadas à produção vegetal, principalmente hortaliças, que segundo Moreira (2010) são culturas de ciclo curto e não exigem grandes extensões de terra, resultado do padrão fundiário das propriedades de base familiar trabalhadas.

Observou-se baixa proporção dos estudos de casos convertidos em certificação, apenas 11 (8%). Apesar dos produtores possuírem conhecimento técnico empírico em produção orgânica, muitos desconheciam a legislação e consequentemente adotavam práticas não compatíveis às normas,dificultando a adequação das propriedades.

Ficou evidente que existe a necessidade de ATER para que os agricultores conquistem a certificação, pois além da adequação das propriedades, do planejamento e da rastreabilidade da produção orgânica, são necessários documentações como outorga de água, comprovante do período de conversão, toda documentação exigida pela certificadora, os quais são impossíveis do agricultor conseguir sem orientação técnica adequada.

Apesar das dificuldades encontradas, pode-se visualizar o potencial do sistema de produção

orgânico como alternativa para a agricultura familiar. Visto que a grande maioria dos agricultores atendidos comercializa os produtos via mercados institucionais, como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais têm absorvido parte desta produção e tornam-se catalisadores para esse padrão de exploração.

Esses mercados mostram-se positivos por não estimular “atravessadores” e agregar valor à produção da agricultura familiar. Os valores pagos aos produtos certificados orgânicos no PAA e no PNAE são 30% maiores do que os pagos aos convencionais (CASTRO NETO et al., 2010). Além de beneficiar os agricultores, a oferta de alimentos orgânicos a esses programas garante que a população mais vulnerável consuma uma alimentação saudável e segura.

Evidenciou-se que há necessidade de assistência técnica rural (ATER) frente às exigências específicas da legislação em todas as etapas que envolvem o sistema orgânico de produção. Mesmo depois de alcançado o título de conformidade da produção orgânica, faz-se necessário o acompanhamento para subsidiar o agricultor com informações técnicas para a continuidade da certificação.

Conclusões

A expansão dos serviços de ATER para auxiliar os produtores na garantia da qualidade dos alimentos orgânicos, através do controle social ou da certificação, é essencial para assegurar ao mercado consumidor a credibilidade desses produtos e é fundamental para consolidar o potencial da agricultura orgânica como instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O baixo número de certificações concedidas através do PPCPO revelou as dificuldades enfrentadas pelos produtores orgânicos, em relação: à falta de incentivo por parte de órgãos municipais, que acabam interferindo no desenvolvimento da agricultura orgânica e ainda, às dificuldades pela ausência de políticas públicas que atendam de forma satisfatória o pequeno produtor.

Concluiu-se que as exigências que devem ser contempladas demandam esforços contínuos, tornando o processo de certificação lento. Deve-se buscar a instituição de políticas públicas que possibilitem o acompanhamento técnico qualificado junto aos produtores rurais.

Entretanto, ficou claro que os principais fatores que motivam os agricultores a produzirem de forma orgânica são: a qualidade de vida, a diversidade no cultivo, a questão econômica e a preservação dos recursos naturais.

Referencias

BRASIL. **Legislação para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: Mapa/ACS, 2009.

CASTRO NETO, N.; DENUZI, V.S.S.; RINALDI, R.N.; STADUTO, J.A.R. **Produção Orgânica: um potencial estratégico para a agricultura familiar**. Revista Percursos, Maringá, vol. 2, n. 2, p. 73-95, 2010.

DULLEY, R. D.; SILVA, V.; SOARES DE ANDRADE, J. P. **Estrutura Produtiva e Adequação ao Sistema de Produção Orgânico**. Informações Econômicas, São Paulo, vol.33, n. 11, 2003.

IBGE, **Censo Agropecuário** 2006.

IPARDES. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba, 2007.

MELÃO, I.B. **Desenvolvimento Rural Sustentável a Partir da Agroecologia e da Agricultura Orgânica: O Caso do Paraná.** Nota Técnica Ipardes, Curitiba, n.8, 2010.

MOREIRA, M.G. **Análise da conjuntura agropecuária safra 2010/11: olericultura**. Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento, Departamento de Economia Rural, outubro de 2010.

OELOFSE, M.; HONG-JENSEN, H.; ABREU, L.S.; ALMEIDA, G.F.; HUI, Q.Y.; SULTAN, T. **Certified organic agriculture in China and Brazil: Market accessibility and outcomes following adoption**. Elsevier. Ecological Economics, vol. 69, n.9, 2010, p. 1785-1793.

OLIVEIRA, R.A.; LIMA, P.S.; SILVA, L.M.R. **O consumo e comercialização de produtos orgânicos: o caso da associação para o desenvolvimento da agropecuária orgânica**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA-RURAL, 44. Fortaleza: SOBER, 2006.

PENTEADO, S.R. **Manual Prático de Agricultura Orgânica: Fundamentos e Técnicas**. Edição do autor. Campinas, SP, 2009.

ROCHA, C.H.; WEIRICH NETO, P.H.; VRIESMAN, A.K.; MOURA, I.C.F.; OKUYAMA, K.K. **Certificação de produtos orgânicos na região centro sul do Paraná**. In: Certificação pública de produtos orgânicos: a experiência paranaense. MICHELLON, E.; ROSA, G.M.; KAWAKAMI, J.; BRANCO, K.B.Z.F.; CARVALHO, T.M.M. Clichetec, Maringá, 2011.